§ 1.º A comparticipação a que alude este artigo será igual para todos os produtos nacionais e para os estrangeiros, a menos que estes tenham similar na indústria nacional, caso em que a comparticipação será inferior.

§ 2.º Serão gratuitas para os servidores as vacinações e outras actividades de carácter profiláctico cujas campanhas tenham sido aprovadas superiormente.

Art. 14.º As comparticipações dos servidores, nos termos dos artigos precedentes, serão descontadas nos vencimentos, podendo os respectivos pagamentos ser fraccionados, consoante o seu montante e as condições económicas dos mesmos servidores.

Art. 15.º Os médicos assistentes serão remunerados pela A. D. S. E. com gratificações mensais, variáveis segundo o número de servidores a seu cargo, e complementos correspondentes às prestações unitárias de serviço.

§ 1.º A A. D. S. E. fixará o número mínimo de servidores a cargo de cada médico, e, bem assim, o número máximo que a estes será permitido assistir.

§ 2.º A fixação das gratificações e respectivos complementos, bem como dos limites máximo e mínimo de doentes, a que este artigo se refere, será feita com prévia audiência da Ordem dos Médicos.

Art. 16.º Os especialistas serão pagos segundo tabela oficialmente aprovada, ouvida a Ordem dos Médicos.

Art. 17.º Constituem receitas da A. D. S. E. as dotações anualmente atribuídas no Orçamento Geral do Estado, e bem assim as comparticipações dos servidores no custeio da assistência prestada, além de quaisquer outras cuja cobrança venha a ser-lhe autorizada.

Art. 18.º A organização e o funcionamento da A. D. S. E. serão estabelecidos em regulamento a aprovar pelos Ministros das Finanças e da Saúde e Assistência, aos quais compete ainda aprovar os quadros e remunerações do pessoal e as tabelas dos pagamentos a efectuar pelos servidores.

Art. 19.º A A. D. S. E. organizará um corpo de inspecção, ao qual competirá, sem prejuízo dos princípios deontológicos, exercer a mais ampla fiscalização do funcionamento do sistema estabelecido neste decreto-lei.

Art. 20.º Os médicos que assistam os servidores do Estado ao abrigo do presente diploma poderão passar os atestados de que estes necessitem para justificação das faltas dadas no serviço de que dependem.

Art. 21.º São mantidos todos os benefícios já concedidos aos servidores civis do Estado e dos organismos autónomos, ao abrigo da legislação em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *António Augusto Peixoto Correia* — *Inocêncio Galvão Teles* — *Luis Maria Teixeira Pinto* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Pedro Mário Soares Martinez*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Decreto-Lei n.º 45 003

Pelo Decreto-Lei n.º 39 530, de 6 de Fevereiro de 1954, foi criada, no Ministério das Finanças, a Comissão para a Instalação e Estudo dos Serviços Mecanográficos. Nesse

mesmo ano foi possível elaborar, pelo sistema mecano-gráfico, parte do lançamento de alguns impostos, visto que já então se encontravam em fase bastante adiantada os estudos da mecanização dos serviços das Contribuições e Impostos. Todavia, no que se refere à Contabilidade Pública, dada a natureza complexa e muito especial dos seus serviços, houve necessidade de proceder a cuidadoso e demorado estudo, pelo que só agora é possível introduzir o referido sistema nos seus serviços.

Com o presente diploma pretende-se, fundamentalmente, simplificar e acelerar o processamento dos abonos dos funcionários públicos e pensionistas, o que assume particular significado se se considerar que as dificuldades resultantes do sistema até agora utilizado, extremamente complicado e moroso, tendiam a agravar-se com o natural desenvolvimento dos serviços. Todavia, os estudos realizados permitiram concluir que, para além da simplificação e rapidez, com a utilização da técnica mecanográfica pode obter-se uma maior perfeição, clareza e uniformidade no processamento daqueles abonos. Além disso, as operações de verificação poderão ainda ser apreciavelmente simplificadas, sem sacrifício do necessário rigor técnico que às mesmas deve sempre presidir.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Serão elaborados por processo mecanográfico as folhas e os recibos de vencimentos e outros abonos certos dos servidores e pensionistas do Estado a que se entenda ser vantajoso aplicar aquele sistema, podendo adoptar-se igual procedimento em relação a todos ou alguns dos documentos que acompanham as folhas.

Art. 2.º As funções a que se refere o artigo anterior são atribuídas aos serviços mecanográficos do Ministério das Finanças, aos quais competirá, de acordo com a Direcção-Geral da Contabilidade Pública, decidir sobre as folhas que deverão ser processadas por sistema mecanográfico.

Art. 3.º As folhas de liquidação serão enviadas pelos serviços mecanográficos, em triplicado, às repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, destinando-se um exemplar a estas repartições e os outros ao cofre pagador e ao serviço interessado.

Art. 4.º As folhas serão constituídas por duas partes: da primeira constarão as importâncias líquidas relativas às diversas espécies de abonos, o total líquido, o valor dos descontos e a importância líquida a pagar; na segunda parte será feita a discriminação dos descontos e a indicação do seu valor total. O exemplar destinado ao cofre pagador conterá apenas a primeira parte da folha.

Art. 5.º Os funcionários e pensionistas figurarão nas folhas e recibos a elaborar por processo mecânico com o nome abreviado, continuando, porém, a assinatura dos recibos a ser feita com o nome que consta do bilhete de identidade.

§ único. A cada funcionário será passado, pela respectiva repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, um cartão de modelo a aprovar, contendo, além do respectivo número de ordem, o nome abreviado utilizado pelos serviços mecanográficos.

Em relação aos pensionistas, aqueles elementos constarão dos correspondentes títulos.

Art. 6.º Nas folhas elaboradas por processo mecano-gráfico deixarão de figurar as datas do visto do Tribunal de Contas e as declarações sobre bilhete de identidade e acumulações, elementos que, no entanto, constarão obrigatoriamente dos boletins de alterações a remeter pelos serviços às repartições da Contabilidade Pública.

Art. 7.º Competirá e será da responsabilidade de cada serviço o fornecimento, dentro dos prazos legais, de todos os elementos que possam ter qualquer influência nos abonos ou descontos dos funcionários.

§ único. As alterações a introduzir nas folhas serão comunicadas através de boletins individuais, de modelo a aprovar, que deverão conter todos os elementos necessários ao processamento e à verificação da legalidade dos abonos e descontos. Os boletins respeitantes a cada folha serão remetidos à respectiva repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública discriminados em relação de modelo uniforme. Esta relação deve ser sempre remetida ainda que não haja lugar a alterações.

Art. 8.º A relação referida no § único do artigo anterior, que acompanha os boletins de alterações, será assinada pelo dirigente responsável pelo processamento, salvo se disposição expressa na lei orgânica dos serviços atribuir a outrem competência para assinar as folhas de despesa. Porém, no que se refere àqueles boletins e a outros documentos ou relações que os acompanham, poderá o dirigente delegar a assinatura no funcionário de categoria imediatamente inferior.

§ único. Estas delegações consideram-se pessoais e não podem ser substabelecidas, sendo solidária a responsabilidade delas resultante.

Art. 9.º A relação e os boletins de alterações referidos no § único do artigo 7.º darão entrada nas repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública até ao dia 12 de cada mês, considerando, como regra geral, as alterações do mês anterior, e que vão ser incluídas na folha do mês seguinte. Juntamente com os referidos boletins devem também ser remetidos os respeitantes a novas alterações que entretanto se tenham concretizado.

Art. 10.º As repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública verificarão e serão responsáveis pela legalidade e exactidão dos abonos e descontos incluídos nos boletins, de harmonia com os elementos deles constantes.

§ único. As mesmas repartições, depois de terem procedido às operações de verificação e à anotação do «cadastro» dos funcionários em face dos boletins, remeterão estes, acompanhados da respectiva relação, aos serviços mecanográficos, de modo que dêem ali entrada até ao dia 23.

Art. 11.º Compete e é da responsabilidade da Repartição do Abono de Família e das Pensões da Direcção-Geral da Contabilidade Pública o fornecimento dos elementos respeitantes às alterações que se verifiquem nas pensões a pagar pelo Estado e cujas dotações figuram no orçamento do Ministério das Finanças em capítulo próprio dos Encargos Gerais. Estas alterações são comunicadas em boletins de modelo especial, a remeter, devidamente relacionados, aos serviços mecanográficos até ao dia 20 de cada mês.

Art. 12.º Os serviços mecanográficos não poderão introduzir qualquer alteração nas folhas senão em presença dos respectivos boletins, sancionados pela repartição da Contabilidade Pública do Ministério a que o serviço pertencer.

§ único. Os mesmos serviços serão responsáveis pelo cumprimento do disposto no corpo deste artigo, bem como pela exactidão do processamento das folhas, devendo estas ser entregues nas repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública de forma a poderem ser autorizadas sem nova verificação dos abonos.

Art. 13.º As folhas têm de ser remetidas pelos serviços mecanográficos às repartições da Contabilidade Pública com a antecedência de, pelo menos, quatro dias úteis em relação aos fixados para o respectivo pagamento, se forem a pagar em Lisboa, e até sete dias úteis antes do termo do mês, se se tratar de folhas a pagar noutros cofres. Nas

folhas devem ser consideradas as alterações constantes de todos os boletins recebidos no mês anterior dentro dos prazos legais.

Art. 14.º Os recibos individuais serão processados mecanicamente em modelo uniforme a aprovar e conterão o total líquido e os descontos, bem como as importâncias líquidas dos diferentes abonos, devendo considerar-se, para efeitos de contabilização, todas as deduções como pertencendo à remuneração principal.

§ único. Se por qualquer motivo houver necessidade de preencher manualmente algum recibo respeitante a abonos incluídos em folha elaborada por processo mecanográfico, deverá utilizar-se para o efeito o mesmo modelo de impresso e seguir-se orientação idêntica à estabelecida para o processamento mecânico.

Art. 15.º Em relação às folhas que venham a ser processadas por sistema mecanográfico, as «notas demonstrativas» do abono de família, a que se refere o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 39 844, de 7 de Outubro de 1954, passam a ser elaboradas em modelo especial, constituindo simples relações de alterações. Estas «notas demonstrativas» continuarão a ser organizadas pelos serviços e acompanharão os boletins de alterações e a respectiva relação a enviar mensalmente às repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, devendo ser remetidas mesmo que não haja lugar a quaisquer alterações.

Art. 16.º O procedimento estabelecido no artigo anterior deverá ser igualmente seguido no que se refere às relações de descontos para a Caixa Geral de Aposentações, Cofre de Previdência do Ministério das Finanças, Caixa de Previdência do Ministério da Educação Nacional e outros organismos de previdência, passando assim a ser elaboradas simples relações de alterações organizadas em modelos apropriados, generalizando-se deste modo o procedimento já em uso quanto ao Montepio dos Servidores do Estado.

Art. 17.º As remunerações a que os assalariados de carácter permanente terão direito em cada mês corresponderão à duodécima parte da importância obtida do produto do número de dias do ano, por que são normalmente remunerados, pelo salário fixado.

A remuneração mensal assim obtida será deduzido o salário a que os interessados não tiverem direito nesse mês, calculado com base no abono diário.

Art. 18.º Todos os descontos dos servidores e pensionistas do Estado, que sejam incluídos em folha, deverão ser arredondados para escudos. Este arredondamento será efectuado para a unidade imediatamente superior, se a fracção for igual ou superior a \$50, e para a imediatamente inferior, no caso contrário.

§ único. Estas normas serão igualmente de aplicar nas deduções a efectuar com destino à Caixa Geral de Aposentações e ao Montepio dos Servidores do Estado. As quotas para os cofres e caixas de previdência, cujas deduções são feitas em folha, poderão ser arredondadas por outro critério a estabelecer pelas respectivas direcções ou assembleias gerais, devendo, no entanto, ser fixadas sempre num número exacto de escudos.

Art. 19.º O Ministro das Finanças aprovará por portaria os modelos de impressos indispensáveis à execução do presente decreto-lei, devendo a Direcção-Geral da Contabilidade Pública expedir, depois de aprovadas pelo mesmo Ministro, as necessárias instruções.

§ único. O mesmo Ministro fixará igualmente em portaria os prazos de conservação dos diferentes documentos dos serviços mecanográficos, devendo, para o efeito, ser previamente ouvido, além das direcções-gerais interessadas, o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

Art. 20.º A mecanização será introduzida gradualmente, competindo também à Direcção-Geral da Contabilidade

Pública, em colaboração com os serviços mecanográficos, indicar oportunamente a cada entidade a data em que deve fornecer os elementos destinados a iniciar o processamento mecanográfico.

Art. 21.º (transitório). O disposto no artigo 17.º deste diploma só entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1964 e o determinado no artigo 18.º a partir das folhas relativas ao mês de Julho do corrente ano, com excepção do que se refere a pensões, cujos descontos deverão já ser arredondados nas folhas de Junho anterior.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *António Augusto Peixoto Correia* — *Inocência Galvão Teles* — *Luis Maria Teixeira Pinto* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Pedro Mário Soares Martinez*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 45 004

Considerando que, em matéria de assistência nas doenças profissionais, não é actualmente uniforme a situação dos servidores do Estado, porquanto os que são subscritores da Caixa Geral de Aposentações não se encontram abrangidos pela respectiva legislação;

Convindo, por isso, tornar extensivo a todos os servidores, sem qualquer distinção, os benefícios daquela assistência;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. As disposições do Decreto-Lei n.º 38 523, de 23 de Novembro de 1951, abrangem as doenças profissionais referidas no artigo 8.º da Lei n.º 1942, de 27 de Julho de 1936.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *António Augusto Peixoto Correia* — *Inocência Galvão Teles* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *José João Gonçalves de Proença* — *Pedro Mário Soares Martinez*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-Lei n.º 45 005

1. A aplicação da lei tributária aos factos previstos como objecto de incidência de impostos ou de determina-

ção da matéria colectável é, naturalmente, uma função dos órgãos da administração fiscal com poder decisório, tendo, por isso, os actos de tributação, carácter definitivo e valor executório, necessariamente vinculativos em relação ao contribuinte.

Encarado este importante aspecto do acto tributário perante os princípios gerais de direito administrativo, e tendo em conta as particularidades específicas do direito fiscal, o acto de liquidação de impostos deve ser susceptível de afectação, dentro de certo tempo, em tudo o que respeite à garantia da legalidade, e sem prejuízo da certeza do direito, quer pela acção dos meios que naturalmente permitam a revisão ou reconsideração da própria autoridade que o tenha praticado, quer pela impugnação contenciosa da sua legalidade.

Assim, enquanto a revisão do acto tributário deve ser meramente graciosa, da competência da autoridade administrativa que o praticou, o contencioso é já um meio de ataque frontal ao acto administrativo, tendo por objecto um julgamento de censura sobre a sua legalidade, com vista a obter a sua anulação, total ou parcial, independentemente da vontade do agente administrativo.

O meio naturalmente indicado para a revisão do acto administrativo pela própria autoridade que o praticou é o da simples reclamação graciosa ou o da simples reconsideração oficiosa por parte da autoridade. Já, porém, a censura sobre a sua legalidade deve ser obtida através de uma verdadeira impugnação contenciosa, interposta perante autoridade diferente da que praticou o acto e, sempre que possível, perante verdadeiros órgãos judiciais especializados.

Mas a acção judicial relativa aos actos das contribuições e impostos não se limita, necessariamente, à impugnação contenciosa do acto tributário. Além do dever de pagar impostos, tem o contribuinte ou pessoas intimamente ligadas ao fenómeno fiscal obrigações legais específicas de cooperação, cuja inobservância constitui infracção sujeita a formas especiais de sancionamento.

Ora, a aplicação de sanções é, fundamentalmente, uma função judicial e só nos casos em que se tenha em vista obter um constrangimento efectivo ou uma acção imediata ou de obtenção de resultados de rápida eficiência é que se admite que as autoridades administrativas apliquem sanções de natureza penal ou realizadoras de fins idênticos aos das próprias penas. Um dos objectos da acção judicial das contribuições e impostos, na parte em que exceda aquelas características da rapidez de efeitos e simplicidade, é, pois, o julgamento das infracções fiscais.

Não se limita ainda a acção judicial das contribuições e impostos ao campo da impugnação dos actos tributários ou ao do julgamento das infracções fiscais: o contribuinte, obrigado a pagar os impostos liquidados, quando não conseguir anular pelos meios próprios o acto de liquidação e invalidar os seus efeitos, se não efectuar o pagamento dentro dos prazos legais, fica necessariamente sujeito a cobrança coerciva, por meio de execução.

A execução fiscal é, como a execução em geral, um meio de acção de características fundamentalmente judiciais, embora no processo possam decorrer alguns actos de natureza verdadeiramente administrativa ou de prática própria e corrente de secretaria.

Um sistema completo de meios de garantia legal dos direitos tributários, em relação ao Estado e ao contribuinte, não poderia, pois, deixar de contemplar, simultaneamente, quatro dos aspectos ou momentos fundamentais em que pode processar-se a respectiva acção: a reclamação graciosa, a impugnação judicial, o julgamento das infracções e a execução fiscal.